



Vazamentos no MPF e condução coercitiva de blogueiro foram destaque

A operação “lava jato” provocou duas discussões que ganharam destaque nesta semana: a atuação do Ministério Público Federal em investigações e também o sigilo de fonte de jornalistas. A primeira começou logo no domingo (19/3), quando a *ombudsman* do jornal *Folha de S.Paulo*, Paula Cesarino Costa, relatou que notícias sobre a “lava jato” são semelhantes porque membros do MPF passaram informações sigilosas a um grupo de jornalistas, por meio de entrevista coletiva em *off* (sem revelar a fonte).

O [ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal](#), declarou que a divulgação de dados protegidos por sigilo virou regra, como consequência da espetacularização de operações, mas continua sendo crime. Ele sugeriu ainda o descarte do material tornado público. Já o [procurador-geral da República, Rodrigo Janot](#), disse que a acusação de vazamentos no MPF vem de “mentes ociosas e dadas a devaneio” e de quem tem “disenteria verbal”.

Outro episódio peculiar ocorreu quando o juiz federal Sergio Moro [determinou a condução coercitiva do blogueiro Eduardo Guimarães](#) para que ele declarasse, em depoimento à Polícia Federal, quem vaza informações ao seu blog, além de autorizar apreensão de documentos. Segundo a defesa, Moro disse que Guimarães não era jornalista, embora a Constituição assegure o sigilo da fonte a todo cidadão, “quando necessário ao exercício profissional”. Dias depois, o juiz [retirou do inquérito](#) o nome da fonte.

Terceirização liberada

A Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (22/3), texto-base de uma proposta de 1998 que libera a terceirização das atividades-fim em empresas, inclusive na administração pública, por 231 a favor, 188 contrários. Hoje, sem lei específica sobre o tema, vale jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho que só permite a prática em atividades-meio (que não são o foco central da empresa). O projeto, já aprovado pelo Senado, seguirá para sanção presidencial. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Cadeira ocupada

Alexandre de Moraes tornou-se oficialmente um dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal, em breve cerimônia com a presença do presidente Michel Temer. A partir de seus textos na coluna *Justiça Comentada*, que assinou na revista eletrônica **Consultor Jurídico**, é possível ter uma ideia de como ele pretende se posicionar em diversos temas. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Audiência

Medição do Google Analytics aponta que a **ConJur** recebeu 1 milhão de visitas e teve 1,6 milhão de visualizações de página entre os dias 17 e 23 de março. A terça-feira (21/3) foi o dia com mais acessos, quando o site recebeu 230,8 mil visitas.

O texto mais lido, com 53,9 mil acessos, foi a notícia sobre a condução coercitiva de um blogueiro, autorizada pelo juiz Sergio Moro. A medida foi tomada para que Eduardo Guimarães declarasse, em



depoimento à Polícia Federal, quem passou informações ao seu *Blog da Cidadania*. Clique [aqui](#) para ler a notícia.

Com 29,4 mil leituras, ficou em segundo lugar no ranking notícia sobre a aprovação do Projeto de Lei 4.302/1998, que libera a terceirização das atividades-fim, dá aval à chamada “pejotização” e estabelece a responsabilidade subsidiária (e não solidária) da empresa contratante. Clique [aqui](#) para ler a notícia.

As 10 mais lidas

[Moro determina condução coercitiva e apreende *laptop* de blogueiro para descobrir fontes](#)

[Terceirização de atividades-fim é aprovada pela Câmara dos Deputados](#)

[ICMS sobre taxa de distribuição de energia é válido, decide STJ](#)

[Opinião: A carne fica fraca mesmo é quando vê os holofotes](#)

[Opinião: Os alvarás judiciais, o Banco do Brasil e a dignidade da advocacia](#)

[Desembargador e advogados tornam-se réus por venda de decisões](#)

[Empresa não deve pagar salários entre alta previdenciária e restauração de benefício](#)

[Não há dano moral se autor da ação começou discussão, diz juíza](#)

[Fux recua e permite prisão de juiz condenado direto em segundo grau](#)

[Alegando “isonomia”, desembargador manda mulher de Cabral de volta à prisão](#)

Manchetes da Semana

[Depois de quebrar sigilo, Moro recua em caso de fontes de blogueiro](#)

[Pedido de abertura de inventário implica aceitação tácita da herança, afirma STJ](#)

[Por demora em acordos, TCU vai declarar quatro empresas da “lava jato” inidôneas](#)

[Parcelamento de multa não extingue automaticamente execução fiscal](#)

[PGR deve se explicar sobre vazamento de informações sigilosas, diz Gilmar Mendes](#)

[Moro determina condução coercitiva de blogueiro para descobrir fontes](#)

[Recurso em ação de improbidade não suspende execução de sentença](#)

[Planejar greve da PM pelo WhatsApp vira motivo de prisão no Espírito Santo](#)

[Multa por litigância de má-fé não exige comprovação de dano processual](#)

[TST nega caráter discriminatório em dispensa de trabalhadora com câncer](#)

[Empresa não deve pagar salários entre alta previdenciária e restauração de benefício](#)

[Em três anos de “lava jato”, Moro condenou 92 réus em 26 sentenças](#)

Date Created

25/03/2017